

## INTRODUÇÃO



### Peripécias de um livro

Da pequena oficina tipográfica de Antônio Gonçalves, em Lisboa, saíram aproximadamente 38 livros, que viriam a ter destinos bastante diversos. Um deles, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, impresso numa edição descuidada em 1572, viria a ser o cânone por excelência da língua portuguesa. Outro, da mesma leva de novos autores, escrito por um humanista e gramático português, amigo de Camões, e também impresso numa edição modesta, bem aquém das bonitas impressões dos livros para a Igreja que Antônio Gonçalves costumava fazer, viria a juntar-se ao grande número de impressos quinhentistas completamente esquecidos. A *História da província Santa Cruz*, livro que inaugurou a historiografia e a geografia brasileiras, só foi redescoberta séculos mais tarde, pelo historiador francês Henri Ternaux, que a traduziu e a publicou no segundo volume da coleção “*Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l’histoire de la découverte de l’Amérique*”, em 1837. No prefácio dessa edição, Ternaux lamentava a indiferença dos portugueses e espanhóis por um de seus



melhores autores e por uma das obras mais notáveis que surgiram no século XVI: “Posso apresentar esta obra como um dos livros sobre a América menos conhecidos e mais dignos de o ser.” Curiosamente, esta fórmula continua válida, hoje, no Brasil, onde Gândavo e sua obra pioneira são pouquíssimo conhecidos.

Os quase trezentos anos de esquecimento da obra de Gândavo talvez possam ser explicados pela política de segredo que ainda cercava as possessões americanas da coroa portuguesa. Enquanto no resto da Europa se multiplicavam as edições dos livros de Hans Staden e de Jean de Léry sobre o Brasil, em Portugal o livro de Gândavo, além de não ter sido reeditado, pode ter sido retirado de circulação por conter informações que a coroa portuguesa não gostaria de ver divulgadas, numa época em que as costas brasileiras eram constantemente assediadas por navios estrangeiros. Essa suposição ganha força ao lermos a declaração de Gabriel Soares de Sousa em seu manuscrito *Notícia do Brasil*, redigido em 1587:

Pondo os olhos no perigo em que está de chegar à notícia dos luteranos parte do conteúdo deste trabalho, para fazerem suas armadas e se irem povoar esta província, onde com pouca gente que levem bem armada se podem senhorear dos portos principais ..., que Deus não permita, de cuja bondade confiamos que deixará estar estes inimigos da nossa santa fé católica com a cegueira que até agora tiveram, de não chegar à sua notícia o conteúdo deste tratado.

E, assim, o mercado editorial português da época, pródigo em edições sobre a Índia, não reeditou a obra de Gândavo e não publicou outros manuscritos, como o de Sousa, que porventura existissem, que descreviam geograficamente a costa brasileira e davam esperançosos indícios da existência de ouro e prata nos sertões ainda por

desbravar. Mas a *História da província* foi bem conhecida pelos contemporâneos, sendo citada por vários historiadores portugueses da época e tendo servido de inspiração para o romance *Les trois mondes* [Os três mundos], de Lancelot Voisin de la Poppellinière, impresso em Paris em 1582.

A tradução francesa de Henri Ternaux provocou uma corrida de ávidos bibliófilos aos raros exemplares da primeira edição de 1576, comprados a preço muito elevado. Mas a principal consequência dessa redescoberta foram as duas publicações, em português, feitas no mesmo ano de 1858, em Portugal e no Brasil, da *História da província*. Finalmente, vinte e um anos após o resgate de Ternaux, e quase trezentos anos depois da primeira edição, a primeira História do Brasil ganhava uma segunda edição em sua língua original.

### **Pero de Magalhães de Gândavo e suas obras escritas para o povo**

Pouco se sabe sobre a biografia do autor da *História da província*. Diogo Barbosa Machado, o grande bibliógrafo setecentista, registra que nosso autor nasceu em Braga, onde teve uma escola de latim e onde foi casado. Sabe-se também que Gândavo era de origem flamenga, pois o sobrenome é derivado de Gand, importante cidade de Flandres com que Portugal mantinha relações comerciais. Existem, ainda, alguns poucos documentos que indicam que Gândavo foi “moço da câmara” do rei d. Sebastião, esteve trabalhando na Torre do Tombo “trasladando” alguns livros e papéis, e que, após a publicação de seu livro sobre o Brasil, foi nomeado provedor da fazenda da cidade de



Salvador, na Bahia, cargo que, provavelmente, nunca exerceu. Se são escassos os dados oficiais sobre Gândavo, as duas obras que publicou muito revelam sobre seu caráter, sua determinação, suas intenções e convicções. Numa época em que a maioria dos autores temia a divulgação possibilitada pela imprensa, e em que ainda se publicavam, em latim, obras eruditas pontuadas por citações de autores gregos e latinos, Gândavo, sem estar vinculado a universidades ou a cargos de relevo como os demais autores, levou à tipografia de Antônio Gonçalves dois livros que se destacam pela simplicidade da linguagem e por se destinarem a um público não culto.

Sua primeira obra a sair do prelo, “a rogo de amigos”, foi um pequeno livrinho de conteúdo gramatical com o longo título *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, publicado em 1574. Dirigida àqueles que não tinham “inteligência de latim” e que escassamente sabiam “que coisa é nome e que coisa é verbo”, a gramática de Gândavo, e o divertido diálogo que a acompanha, contrastava fortemente com as alentadas e copiosas gramáticas de sua época, como as de Fernão de Oliveira e João de Barros. Com a declarada intenção de ser um guia fácil para os que escreviam (mal) o português, as *Regras* parecem ter atingido plenamente o seu público alvo, vindo a tornar-se o livro de gramática mais lido em Portugal, única obra do gênero a merecer três edições no século XVI. Note-se que, na época, muitos trabalhos não chegavam às tipografias pelo receio de seus autores às críticas que os “curiosos” leitores certamente fariam. Gândavo demonstra em seus prólogos uma independência e uma convicção pouco comuns entre seus contemporâneos. Basta dizer que dois anos

após a publicação das *Regras* sai um novo livro de gramática, cujo autor, o então renomado advogado Duarte Nunes do Leão, autor de vários livros impressos, declara não a ter publicado antes por recear as “murmurações [dos] muitos contraditores”. Na *História da província, Gândavo* — que não tinha um décimo do prestígio de Nunes do Leão — afirma, desabridamente, não temer as inevitáveis críticas “dos idiotas e maldizentes ..., pois está certo não perdoarem ninguém”.

Gândavo não era um autor institucional, não escrevia para a aristocracia ou para os intelectuais — os então chamados “altos espíritos” —; adotava um estilo “fácil e chão”, sem empregar “építetos preciosos” ou “outra formosura de vocábulos” indispensáveis para os escritores seus contemporâneos. Seu objetivo era ser entendido por todos, por aquele “vulgo” que não sabia latim ou pelos que “nestes reinos vivem em pobreza”, como declara no prólogo da *História da província*. Era um humanista na ampla acepção do termo, alguém vinculado à divulgação dos novos saberes para esse novo público-leitor que se ampliava juntamente com o desenvolvimento da imprensa; um espírito da Renascença, atuante na defesa da língua portuguesa — então ameaçada ou diminuída pela hegemonia do castelhano — e adepto da história pautada na observação, na experiência, no vivido.

Numa época que ainda tinha como paradigma a *História natural* de Plínio, e em que começavam a surgir as obras dando conta das espécies botânicas e zoológicas observadas nas novas terras — as Índias e as Américas —, Gândavo, ao contrário do romanesco Jean de Léry, que descreve seres legendários em seu livro sobre o Brasil, atém-se ao que observou pessoalmente ou a relatos de fontes por ele consideradas fidedignas. Uma das características do espírito da



Renascença é privilegiar a experiência humana, o observado e visto, em detrimento dos saberes antigos registrados nos clássicos gregos e romanos. O grande “físico” português Garcia de Orta foi o primeiro, em 1563, a questionar e refutar a literatura “científica” de Plínio, Dioscórides, Avicena, e a iniciar o conhecimento da natureza pautado na observação. Seu extraordinário livro, *Colóquios dos simples e drogas da Índia* — como a *História da província*, introduzido por poemas de Luís de Camões —, imediatamente traduzido para o latim, francês e italiano, mas proibido em Portugal, é uma espécie de primo-irmão da *História* de Gândavo. Orta — que teve seus ossos desenterrados e queimados num auto-de-fé pela Inquisição portuguesa pelo crime de “judaizar” — foi o primeiro a descrever as propriedades de uma série de plantas, minerais e animais encontrados no Oriente, e Gândavo foi o primeiro a descrever plantas e animais, nunca antes divulgados, do território brasileiro, com o mesmo olhar “científico” que, diante do novo, não se volta às referências clássicas mas se abre para o “saber só de experiências feito”, como sintetizou Camões.

Outro dado peculiar da biografia de Gândavo é o processo de escrita da *História da província Santa Cruz*, resultado de mais de dez anos de trabalho, em que foram redigidas quatro versões da obra. A primeira redação — talvez em parte composta em território brasileiro —, dedicada à rainha d. Catarina (avó de d. Sebastião), levava o título *Tratado da província do Brasil* e pretendia ser um sumário, uma informação sobre a nova terra, “coisa que até agora não empreendeu pessoa alguma”. Essa “fruits da terra”, como qualifica Gândavo, passa por algumas modificações, ganha um capítulo sobre a descoberta de indícios de ouro no sertão da Bahia e um novo título, *Tratado da*

*terra do Brasil*, e é dedicada ao cardeal infante d. Henrique. Nesses dois *Tratados*, Gândavo demonstrava sua insatisfação: “Quisera tratar mais miudamente das particularidades desta província do Brasil, ... posto que os louvores da terra pedissem outro livro mais copioso e de maior volume onde se comprehendessem por extenso as excelências e diversidades das coisas que há nela.” É então que o trabalho passa por uma profunda reformulação, e daí surge uma obra de maior fôlego e mais bem acabada estilisticamente, apresentada por dois poemas de Luís de Camões — que pouco antes havia publicado *Os Lusíadas* — e dedicada a d. Leonis Pereira, filho natural do conde da Feira, principal herói da então recente defesa de Malaca contra o duro cerco imposto pelo sultão do Achém.

Conhecem-se duas redações diferentes da *História da província Santa Cruz*. A primeira está registrada num belo manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial, e traz duas ilustrações em cores: o monstro marinho e um mapa do Brasil. O manuscrito chegou à Espanha junto com um lote de impressos e manuscritos trazidos de Portugal, em 1573, pelo florentino Giovanni Bautista Gesio, misto de emissário e espião de Felipe II em Lisboa, com a missão de adquirir, secretamente, as obras mais significativas para as negociações dos disputados limites entre as terras espanholas e portuguesas no Novo Mundo. A versão contida no manuscrito escorialense passou ainda por algumas modificações, ganhou um capítulo sobre o modo de vida dos colonos e finalmente foi levada à oficina de Antônio Gonçalves em 1576.

Gândavo, portanto, reescreveu três vezes a obra, o que nos faz pensar que o livro sobre o Brasil teria sido o mais importante projeto



de sua vida. As quatro versões não se excluem, antes se complementam. Como sintetizou Emanuel Pereira Filho, são “quatro momentos preciosos do patrimônio cultural e afetivo de todos os brasileiros, quatro retratos vivos e de corpo inteiro das fases de elaboração de uma obra que havia de ser o marco inicial de nossa historiografia”.

### *A História da província Santa Cruz*

Costuma-se dizer que a primeira História do Brasil é a escrita em 1627 por frei Vicente do Salvador. Gândavo não teria feito exatamente uma História, por não descrever em detalhes os processos políticos ou as batalhas como as da expulsão dos franceses da capitania do Rio de Janeiro — matéria que rende muitas e saborosas páginas na *História* de frei Vicente. A obra de Gândavo, segundo esse ponto de vista, seria pouco historiográfica, ou como sintetiza Capistrano de Abreu, em 1924: “A sua história é antes natural que civil.”

Qual seria o conceito de história para Gândavo? No momento em que publicou seu livro, as histórias “oficiais” que se imprimiam eram intituladas “crônicas” ou “décadas”, como a *Crônica do príncipe d. João* de Damião de Góis ou as *Décadas da Ásia* de João de Barros e Diogo do Couto, obras feitas sob encomenda dos reis de Portugal. Havia também “tratados”, “sumários”, “roteiros” ou “descrições”, geralmente dedicados a regiões ou países pouco conhecidos. Alguns livros publicados com o título de “história” se referiam a batalhas, a cercos famosos ou a vidas de santos. Havia também a clássica *História natural* de Plínio e uma moderna *Historia general y natural de las Índias*, de Gonzalo Fernández de Oviedo. Gândavo deu o título

de “tratado” às duas primeiras versões de seu livro sobre o Brasil, e só após reformulá-lo inteiramente batizou-o de “História”. Nessa grande reformulação, retira do texto tudo o que lhe parecia fantástico ou duvidoso, aperfeiçoa muitas passagens, acrescenta informações e insere o capítulo sobre o descobrimento do Brasil.

No prólogo da *História da província Santa Cruz*, Gândavo dá indícios de que se considerava um historiador por estar preservando a memória de algo que seria esquecido caso não fosse registrado. Setenta e seis anos depois da descoberta do Brasil, era a primeira vez que um português escrevia um livro dedicado ao país. A história é a “vida da memória”, diz Gândavo, citando Cícero. E a *História da província Santa Cruz*, em 1576, era a “história” de uma região pouquíssimo conhecida, em que os bárbaros e espantosos costumes do “gentio” que a habitava e as exóticas espécies botânicas e zoológicas nunca antes descritas maravilhavam o olhar europeu e atuavam na construção de uma nova visão de mundo. A “história” do livro de Gândavo é múltipla, como eram múltiplos os interesses dos homens na Renascença. Se nela não encontramos o processo histórico em que o homem é o agente ou a descrição dos feitos de capitães, donatários, clérigos e colonos, como faziam naquela época as “crônicas”, encontramos uma obra escrita por um autor que era ao mesmo tempo botânico, zoólogo, geólogo, etnólogo e cronista.

Além de vida da memória, a história — ainda seguindo a frase de Cícero — é “luz da verdade”. Para alguns dos contemporâneos de Gândavo (como Garcia de Orta, Diogo do Couto, Gaspar Frutuoso, Damião de Góis e Pedro Nunes) essa verdade se pautava na experiência, no observado. Tanto nas duas primeiras versões de sua

obra — o *Tratado da província do Brasil* e o *Tratado da terra do Brasil* —, redigidas entre o final da década de 1560 e o início da de 1570, como na versão final levada à tipografia em 1576, Gândavo declara estar escrevendo como “testemunha de vista”: “Tudo o que escrevo aqui, vi e experimentei.” Era o “saber de experiências feito”, mas também movido pelo “honesto estudo”, como postula Camões. Além do que viu em sua estada de “alguns anos” no Brasil, provavelmente na década de 1560, Gândavo, ao aperfeiçoar sua obra, usa fontes orais e escritas, como João de Barros, Damião de Góis e Pedro Apiano (este último, descartado na última versão).

Ao refazer o texto dos dois *Tratados* e escrever a *História da província*, Gândavo suprime alguns dados que certamente julgava não ser de interesse português ver divulgados, tais como algumas coordenadas na descrição geográfica da costa brasileira, o número de engenhos em cada capitania, e a quantidade de cana-de-açúcar e algodão produzida anualmente. Também retira informações que lhe pareciam incertas, como as descrições de algumas espécies de cobras (que de fato existem); aperfeiçoa algumas passagens — os “ratos” passam a ser designados corretamente como “sarigüês” e a quase fantástica “árvore-de-bálsamo” ganha contornos reais com a descrição da copaíba e da cabreúva —; e inclui outras descrições e alguns novos episódios. Para Gândavo, é preferível suprimir o duvidoso: “Me parece temeridade e falta de consideração escrever em história tão verdadeira coisas em que por ventura podia haver falsas informações, pela pouca notícia que ainda temos.”

Mesmo ao narrar a “verdadeira” história do monstro marinho morto na capitania de São Vicente em 1564, nosso autor se mostra mais próximo de um olhar “científico” do que do bestiário medieval.

O monstro de Gândavo não é um ser fantástico, como os descritos por Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e pelo pe. Francisco Soares, mas surge como uma espécie tão monstruosa como o eram, ao olhar europeu, animais como a preguiça e o tatu. O capítulo dedicado ao monstro termina com uma autêntica profissão de fé renascentista: “E tudo se pode crer, por difícil que pareça, porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possa negar e ter por impossíveis as coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia.”

Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry escreveram relatos autobiográficos, narrativas de aventuras numa terra vista do ponto de vista do exotismo, do extraordinário. Gândavo produz não um relato de viagem, mas um “tratado” ou uma “história”, que, a cada versão, mostra a preocupação do autor de fugir do fantástico e se aproximar de uma “verdade”. Tratando desta terra exótica, ele é o primeiro a apresentá-la como “casa”, como moradia, como terra a ser vivida. Sua intenção, como declara no prólogo e nas dedicatórias, é atrair colonos e demonstrar que ali é possível levar uma vida próspera e confortável.

Nesse esforço, vai suprimindo, nas novas versões, observações negativas que inicialmente havia feito sobre o clima ou sobre as adversidades da terra. É assim que elimina as referências às formigas que destroem as plantações, aos mosquitos “que perseguem as gentes” e aos malignos ventos capazes de matar. Mas a sua “propaganda” do Brasil não é inteiramente otimista como a carta de Caminha, em que belos e puros homens nus vivem em meio a um paraíso terrestre. O texto de Gândavo oscila entre o eufórico e o disfórico. A natureza brasileira — no que



tem de exótico, maravilhoso, e no que promete de riquezas, com suas imensas plantações de cana-de-açúcar e algodão, no seu pau-brasil, e na abundância de “mantimentos” e caça — ainda reflete o tradicional tema do horto das delícias. Mas um horto apresentado, quase sempre, sob o ponto de vista da produção: Gândavo descreve plantas e animais com a preocupação de indicar seu uso e seu proveito.

Apesar de se esforçar por apresentar uma terra já pacificada, em que os colonos podem viver com segurança, sem temor dos ataques indígenas e de naus estrangeiras, seu texto expõe a precariedade dessa afirmação. É especialmente notável a polaridade de seus contraditórios pontos de vista sobre os índios. Se em um momento são apresentados como pacíficos e prestimosos coabitantes da terra, dotados de um louvável senso de comunidade, em outros surgem como “animais sem uso de razão”, “sem fé, nem lei, nem rei”, canibais agressivos e vingativos, “sem terem outros pensamentos senão comer, beber e matar gente”. Em algumas páginas o índio é escravo dócil que caça e pesca para seu senhor, “livre de toda cobiça e desejo desordenado de riquezas”; em outras é escravo imprestável, responsável pelo pouco desenvolvimento da terra; noutras ainda lê-se, como um dado positivo, que “governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e mataram muitos deles ... e assim ficou a terra desocupada do gentio ao longo das povoações”. Gândavo por vezes mostra-se favorável à escravização e ao extermínio desses “brutos animais” e, em outras passagens, adere ao projeto jesuíta de humanização nas relações entre portugueses e índios. Para além dessas contradições, que nos apontam variadas formas de ver e entender os povos indígenas, é de se destacar a riqueza e a minúcia das descrições etnográficas

de Gândavo, o primeiro a perceber que a melodiosa língua tupi não possuía as letras F, L e R.

A *História da província*, além de ser obra pioneira de nossa historiografia, é também um dos exemplares mais preciosos da bibliografia camoniana. Nela estão os últimos poemas que Luís de Camões publicou em vida, os tercetos e o soneto que dedicam o livro a d. Leonis Pereira. O autor do recém-publicado *Os Lusíadas* ainda não contava com a unanimidade de seus contemporâneos, e Gândavo, ao lado de Garcia de Orta, foi um dos únicos a incluir poemas de Camões nas páginas preliminares de um livro e, também, a reconhecer o seu valor ao incluí-lo na lista dos grandes autores de sua época, no *Diálogo em defesa da língua portuguesa*. Naquele momento, Gândavo fazia duas apostas em matérias então pouco valorizadas. Acreditava que Camões seria “o grande poeta de cuja fama o tempo nunca triunfará” e apostava numa terra “pouco sabida” em detrimento da então rendosa Índia. Como observou o historiador Jorge Couto, Gândavo “teve a lucidez de acentuar que o futuro de Portugal se situava no Atlântico, e não no Oriente”.

Hoje, a leitura da *História da província*, talvez pela simplicidade de sua linguagem, pelo frescor de seu olhar sobre o novo território e pelas suas vívidas descrições etnológicas, ainda permanece como um texto saboroso, vivo e surpreendente. Ler a *História da província*, e saboreá-la como “fruta da terra”, é redescobrir o encanto de uma terra e de uma aposta no futuro.